

IMPACTO DA ABORDAGEM POLICIAL MILITAR ESTÁTICA NA CRIMINALIDADE E NA SEGURANÇA PÚBLICA EM GOIÁS

IMPACT OF THE STATIC MILITARY POLICE APPROACH ON CRIMINALITY AND PUBLIC SAFETY IN GOIÁS

Lucas Alves de Farias^{*}
Ricardo Junqueira Dourado^{**}

RESUMO

Este estudo analisa o impacto da abordagem policial militar estática na criminalidade e na segurança pública em Goiás. Centra-se em avaliar como a presença constante da Polícia Militar em postos fixos influencia a percepção de segurança da comunidade e a incidência de atividades criminosas. A metodologia adotada incluiu uma pesquisa de campo com a aplicação de questionários em locais específicos, como a Praça Genaro Maltes, onde a Polícia Militar realiza policiamento estático diariamente. A análise dos dados coletados revelou que a maioria dos entrevistados percebe a presença estática da Polícia Militar como um fator positivo na redução da criminalidade, com 96,4% acreditando que contribui significativamente para a diminuição do crime na área. Além disso, 85,7% das pessoas demonstraram estar cientes da presença policial no local. A pesquisa também indicou que 78,6% dos entrevistados sentem-se "muito seguros" com a abordagem estática da Polícia Militar. Apesar destes resultados positivos, o estudo identificou que uma parcela da população não está totalmente consciente ou convencida da eficácia dessa abordagem, indicando a necessidade de aprimoramentos na comunicação e visibilidade policial.

PALAVRAS CHAVE: Policiamento Estático. Segurança Pública. Percepção de Segurança

ABSTRACT

This study analyzes the impact of the static military police approach on crime and public safety in Goiás. It focuses on evaluating how the constant presence of the Military Police in fixed posts influences the community's perception of safety and the incidence of criminal activities. The methodology adopted included field research with the application of questionnaires in specific locations, such as Praça Genaro Maltes, where the Military Police carries out static policing on a daily basis. Analysis of the data collected revealed that the majority of respondents perceive the static presence of the Military Police as a positive factor in reducing crime, with 96.4% believing that it contributes significantly to the reduction of

^{*} Aluno do Curso de formação de Praças, Turma P, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: 300farias@gmail.com

^{**} Ricardo Junqueira Dourado, Bacharel em Direito, Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás, Goiânia – GO, 09/10/2023.

crime in the area. Furthermore, 85.7% of people demonstrated that they were aware of the police presence at the location. The survey also indicated that 78.6% of respondents feel "very safe" with the Military Police's static approach. Despite these positive results, the study identified that a portion of the population is not fully aware or convinced of the effectiveness of this approach, indicating the need for improvements in police communication and visibility.

KEYWORDS: Static Policing. Public security. Security Perception

1 INTRODUÇÃO

No contexto da segurança pública em Goiás, a abordagem policial militar estática surge como um ponto muito interessante de análise. Esta estratégia, caracterizada pela permanência em postos fixos, exerce implicações diretas na dinâmica da criminalidade e na percepção de segurança pela população. A compreensão aprofundada dessa modalidade de atuação torna-se essencial para avaliar seus resultados e entender sua relação na redução da criminalidade através da prevenção.

Uma vez que a eficácia das estratégias de policiamento está intrinsecamente ligada à segurança da sociedade, é um ponto válido a ser estudado, compreendido e disseminado. Para a população, compreender como a presença estática da Polícia Militar influencia os índices de criminalidade é crucial para ver o quanto a Polícia Militar de Goiás tem uma atuação preventiva de excelência.

O problema central que norteia esta pesquisa é compreender o impacto da abordagem policial militar estática na percepção de segurança pública em Goiás. Além disso, busca-se entender como essa abordagem contribui para a prevenção e o combate ao crime, bem como qual é a influência percebida pela comunidade em relação à presença estática da Polícia Militar nos parques públicos.

O objetivo geral deste trabalho é compreender o impacto da abordagem policial militar estática na criminalidade e na percepção de segurança pública em Goiás. Para atingir esse propósito, delineiam-se objetivos específicos, tais como avaliar a relação entre a abordagem policial militar estática e os índices de criminalidade. Investigar a percepção da comunidade em relação à abordagem estática da Polícia Militar em alguns lugares como parques públicos e praças, identificando fatores que aborda a sensação de segurança ou insegurança, e analisa as práticas de policiamento adotadas no procedimento operacional padrão para compreender a aplicabilidade desse policiamento estático.

A pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem qualitativas. Uma pesquisa de

campo com um questionário aplicado em alguns lugares que diariamente tem a presença da viatura composta por dois militares executando o policiamento estático. Ou seja, serão realizadas entrevistas e questionários para a coleta da percepção da comunidade em determinados locais em relação à abordagem estática. A análise dos resultados será realizada por meio de métodos estatísticos e abordagens qualitativas, buscando correlações entre os locais. .

2 REVISÃO DE LITERATURA

A Constituição Federal de 1988 atribui a determinados órgãos competências específicas no exercício efetivo de segurança pública.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

VI - polícias penais federal, estaduais e distrital

A Polícia Militar desempenha um papel fundamental na sociedade, sendo essencial para a manutenção da ordem pública e promoção da segurança. Sua atuação abrange diversas áreas, refletindo em impactos significativos na prevenção e repressão de crimes, assim como na preservação da paz social.

De acordo com as contribuições de Bayley (2001), a Polícia Militar é reconhecida como um "mão treinado, equipado e autorizado do Estado" para enfrentar e conter potenciais perturbações sociais. A autoridade conferida a essa instituição possibilita ações que, em casos extremos, possam envolver o uso da força física, ressaltando a seriedade do seu papel na manutenção da estabilidade.

Bittner (2003), por sua vez, destaca a urgência na atuação da Polícia Militar em situações em que algo inesperado ocorra e exija intervenção imediata. Essa prontidão para lidar com eventos em tempo real evidencia a importância da PM como uma força reativa capaz de lidar com eventos críticos que ameaçam a ordem pública.

Além disso, a presença ostensiva da Polícia Militar nas comunidades desempenha um papel dissuasório, atuando como um elemento preventivo ao inibir atividades criminosas. Essa visibilidade, conforme discutida por diversos estudiosos no campo, contribui para a criação de um ambiente mais seguro e controlado. A abordagem policial representa uma ação

crucial no cenário de segurança pública, sendo definida por Dutra (2002) como uma intervenção que busca interpelar um indivíduo suspeito, indagando-o sobre uma ação passível de repreensão ou prisão. No contexto brasileiro, a abordagem policial estática ganha destaque, especialmente em Goiás, e torna-se ponto crucial de análise neste estudo.

Este conceito fornece uma visão clara da função e propósito da abordagem policial, estabelecendo uma base para a compreensão do papel da polícia na prevenção e controle de atividades ilícitas.

Ao mencionar a abordagem policial estática em destaque, especialmente em Goiás, na metodologia será apontado para uma especificidade regional que será crucial para o escopo do estudo. A escolha de foco nesse contexto específico promove uma análise mais detalhada e contextualizada, enriquecendo a pesquisa com elementos regionais relevantes.

A condução ética e legal da abordagem policial é tema abordado por Araújo (2008), que destaca a importância de compreender as condutas éticas e legais envolvidas nesse processo. Aspectos jurídicos relacionados à abordagem policial também são explorados por Carvalho Júnior e Silva (2015), fornecendo uma perspectiva que contribui para a análise crítica do tema. Destacar a importância de condução dessa prática de maneira ética e legal é fundamental, pois não apenas ressalta a responsabilidade dos agentes de segurança, mas também estabelece um estratagema ético para a avaliação do processo.

No âmbito constitucional, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e o Código de Processo Penal (BRASIL, 2010) estabelecem disposições legais que norteiam a atuação policial. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) também se revela como um documento fundamental para embasar a discussão sobre os direitos individuais no contexto da abordagem policial. Veja:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

Já na Declaração Universal dos Direitos Humanos:

No exercício de seus direitos e liberdades, todo homem estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma

sociedade democrática. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM, 1948, art. 24).

O Código de Processo Penal, em seu artigo 240, § 2º, assevera:

Art. 240. A busca será domiciliar ou pessoal

§ 2º Proceder-se-á à busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos mencionados nas letras b a f e letra h do parágrafo anterior.

Esse dispositivo legal confere às autoridades policiais o poder de realizar uma busca pessoal em situações específicas em que exista uma suspeita fundamentada.

É importante observar que a busca pessoal é uma medida invasiva, e sua autorização requer a presença de uma justificativa sólida para garantir a proteção da sociedade e a segurança pública.

A "fundada suspeita" ocorreu para realizar a busca pessoal servir como salvaguarda contra abusos, garantindo que essa medida seja aplicada apenas em situações em que existe uma razão objetiva para suspeitar da posse de objetos perigosos.

Todavia, por mais que existe esses parâmetros doutrinários e jurisprudenciais, no fim das contas percebe-se que a abordagem de indivíduos e a condução da busca pessoal por parte do policial militar estão intrinsecamente ligadas ao poder discricionário conferido ao agente público. Ele que de fato irá fazer uma análise de caso em questão de segundos e decidirá pela abordagem ou não. A opção por não realizar uma abordagem, em alguns casos, pode ser interpretada como uma forma de omissão por parte do policial, conforme apontado por Goldstein (2003).

Adentrando especificamente ao tema, suscitamos embasamento ao POP 208 ABORDAGEM POLICIAL MILITAR ESTÁTICA . O Procedimento operacional padrão nada mais é que “uma ferramenta norteadora da ação policial militar diante das diversas circunstâncias operacionais encontradas em qualquer lugar do Estado de Goiás”. E no que tange a abordagem estática percebe-se que as unidades através da mancha criminal consegue estabelecer pontos a serem estabelecidos para efetuar o policiamento supramencionado.O POP assevera essa metodologia como eficaz para redução da criminalidade.

POP 208 [...] Esclarecimentos - Item 1 – Princípio de Pareto: princípio por meio do qual o gestor deve combater as causas mais evidentes de problemas, com recursos disponíveis, visando a sua diminuição. Na atividade policial militar deve ser empregado de forma a otimizar a utilização dos meios humanos e materiais, empregando-os nos locais e horários de maior incidência criminal, em

especial nas operações, com o objetivo de reduzir a criminalidade.

Ao aplicar o Princípio de Pareto na polícia militar, a ênfase recai sobre a identificação e enfrentamento das causas mais prementes da criminalidade. Isso implica direcionar esforços para áreas geográficas e momentos temporais em que a ocorrência de crimes é mais intensa. Dessa forma, o objetivo central é reduzir a criminalidade de maneira eficaz, maximizando o impacto das ações policiais. Isso busca uma abordagem inteligente e focalizada. Isso implica não apenas responder a eventos isolados, mas sim abordar as raízes sistêmicas dos problemas de segurança, identificando padrões e concentrando esforços onde podem ter o maior impacto.

Essa ação estratégica, como a abordagem estática focada em locais de alta criminalidade, podem ser fundamentais para dissuadir atividades criminosas e principalmente promover a sensação de segurança na comunidade.

Bittner (2003) contribui significativamente para a compreensão da segurança pública, destacando a importância da experiência cotidiana na formação da sensação de segurança. No centro dessa discussão, percebe-se que a segurança transcende a mera ausência de delitos. Quando se fala em sensação de segurança é válido ter uma visão mais ampla o quanto policiamento ostensivo fardado corrobora para diminuição da criminalidade.

Segundo Roché (1995) um dos fatores que levam ao sentimento de insegurança por parte da população é a falha do estado no seu intento de punir o indivíduo que transgrediu a norma. Para Porto (2009) a ausência de do estado é um fator corroborativo para o aumento gradual da criminalidade. Com isso, deduz-se que a presença efetiva da Polícia Militar é de grande valia na redução das taxas de criminalidade. Para Duarte (2007) “prevenção do crime é a redução ou eliminação do desejo e/ou da oportunidade para se cometer o crime”

O caráter da abordagem estática é com um viés predominantemente preventivo, visando inibir infrações penais. A Polícia Militar utiliza-se desse método de policiamento preventivo exercendo as atribuições legalmente impostas e valendo-se do seu poder de polícia, ora condicionando, limitando ou restringindo a atividade do particular em geral.

Conforme a doutrina de Di Pietro (2010):

O poder de polícia é a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público. DI PIETRO (2010)

O poder de polícia, em sua abrangência, caracteriza-se como toda intervenção do Estado que impõe limitações à liberdade e propriedade privada, abarcando tantas restrições legislativas quanto limitações administrativas. É o que afirma Alexandre Mazza (2020):

O poder de polícia em sentido amplo como qualquer limitação estatal à liberdade e propriedade privadas, como restrições legislativas e limitações administrativas, e em sentido estrito como sendo somente as liberações administrativas à liberdade e propriedades privadas, deixando de fora as restrições impostas por dispositivos legais. MAZZA(2020)

Diante do exposto, é inegável que a abordagem policial militar estática desempenha um papel crucial na promoção da segurança pública e na prevenção de atividades criminosas. Ao analisar as contribuições de diversos estudiosos, percebe-se que a Polícia Militar atua como uma força preventiva, utilizando-se de estratégias inteligentes, como o Princípio de Pareto, para enfrentar as causas mais evidentes da criminalidade. Alicerçada nos princípios éticos e legais destacados por Araújo (2008) e Carvalho Júnior e Silva (2015), a abordagem policial estática busca equilibrar a ação reativa em situações críticas com uma presença dissuasória nas comunidades.

A relevância da abordagem estática é evidenciada pelo POP 208, que estabelece diretrizes claras para o policiamento militar em Goiás. A aplicação do Princípio de Pareto nesse contexto demonstra uma abordagem inteligente e focalizada, voltada não apenas para responder a eventos isolados, mas para enfrentar as raízes sistêmicas dos problemas de segurança.

Em última análise, a abordagem policial militar estática revela-se como um instrumento essencial na busca pela segurança pública, alinhando-se ao conceito de poder de polícia, conforme definido por Di Pietro (2010) e Mazza (2020). Esta intervenção do Estado, embora imponha limitações aos direitos individuais, é justificada pela necessidade de promover o interesse público e garantir a ordem social.

3 METODOLOGIA

A pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem qualitativas. Uma pesquisa de campo com um questionário aplicado em alguns lugares que diariamente tem a presença da viatura composta por dois militares executando o policiamento estático. Ou seja, serão realizadas entrevistas e questionários para a coleta da percepção da comunidade em determinados locais em relação à abordagem estática. A análise dos resultados será realizada por meio de métodos estatísticos e abordagens qualitativas, buscando correlações entre os locais. A população-alvo deste estudo compreenderá alguns moradores de locais próximos onde diariamente tem um P.E. Uma amostra será selecionada de forma pesquisada simples, considerando um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para entender de forma mais abrangente o impacto da presença da Polícia Militar em postos fixos, é crucial não apenas examinar as estatísticas de criminalidade, mas também avaliar a percepção da comunidade sobre essa estratégia de policiamento. A visibilidade policial pode ter efeitos psicológicos e comportamentais que vão além da simples dissuasão de atividades criminosas. Pode influenciar, por exemplo, a sensação de segurança, a confiança nas instituições e até mesmo o comportamento social e comercial em uma determinada área.

Nesse contexto, uma pergunta que se torna relevante para aprofundar nossa compreensão sobre o tema é: "Você acredita que a presença da Polícia Militar afeta de alguma forma o comportamento das pessoas neste local?" A resposta a essa questão pode fornecer informações valiosas sobre o alcance e as limitações da abordagem estática da Polícia Militar, contribuindo para uma análise mais nuanciada e completa. A partir das respostas obtidas sobre a percepção das pessoas que estão diariamente nas proximidades da Praça Genaro Maltes onde todo dia é destinado uma viatura para policiamento estático, percebe-se que 96,4% das pessoas acreditam que a abordagem estática da Polícia Militar contribui para a redução da criminalidade na área. Em contrapartida, uma pequena porcentagem tem uma opinião contrária ou é indiferente.

Esta estatística é muito significativa e sugere que a grande maioria dos entrevistados percebe a abordagem estática como um fator positivo na redução da criminalidade. Isso é um forte indicativo de que a presença da Polícia Militar em postos fixos tem um efeito preventivo percebido pela comunidade.

A alta porcentagem de respostas positivas é coerente com a literatura que sugere que a visibilidade da polícia pode atuar como um deterrente para atividades criminosas. No entanto, é importante considerar possíveis vieses na amostra ou na coleta de dados. Por exemplo, se a pesquisa foi realizada em áreas onde o policiamento estático é frequente e bem-sucedido, isso poderia influenciar os resultados. Também é importante entender se há outros fatores, além da presença policial, que podem estar contribuindo para a sensação de segurança.

De forma geral, os dados sugerem uma forte correlação entre a presença estática da polícia e a percepção de segurança, mas é crucial interpretar esses dados no contexto mais amplo da pesquisa e considerar outras variáveis que possam influenciar essa percepção.

Em seguida foi perguntado para se a pessoa tinha conhecimento da presença da

PMGO realizando abordagem estatística naquele local e o gráfico obtido através da pesquisa indica a percepção dos entrevistados sobre o conhecimento da presença da Polícia Militar realizando abordagem estática no local. Veja:

- 85,7% das pessoas estão “cientes” da presença da Polícia Militar realizando a abordagem estática no local.
- 14,3% das pessoas “não” estão cientes desta presença.

Os dados mostram que uma ampla maioria dos entrevistados está ciente da presença da Polícia Militar no local. Este alto nível de consciência é indicativo de que a abordagem estática da Polícia Militar é visível e reconhecida pelo público no local estudado. Tal reconhecimento pode ser um dos fatores que contribuem para a percepção positiva de segurança, como demonstrado no gráfico anterior, onde 96,4% dos entrevistados acreditam que a abordagem contribui para a redução da criminalidade.

O fato de a maioria dos entrevistados estar ciente da abordagem estática da Polícia Militar sugere que esta estratégia de policiamento não apenas atua como um mecanismo de dissuasão para possíveis criminosos, mas também reforça a sensação de segurança entre os cidadãos.

No entanto, o percentual de 14,3% que não está ciente da presença policial pode indicar áreas de oportunidade para aumentar a visibilidade ou comunicação da Polícia Militar. Pode ser interessante entender por que essa parcela da população não está ciente da presença policial e se isso impacta sua percepção de segurança.

Relacionando com o tema, a presença reconhecida da Polícia Militar e a percepção de contribuição para a segurança reforçam a eficácia da abordagem estática como uma estratégia de policiamento em Goiás. Estes dados fornecem evidências valiosas e reais para entender como a abordagem estática influencia a percepção de segurança e pode servir como base para recomendações ou políticas futuras na área de segurança pública no estado

Com o fito de analisar a percepção de segurança daqueles que ali circulam, foi indagado sobre o quão seguro(a) ele se sentia com a presença da Polícia Militar realizando abordagem estática naquele local, nos valem do método de escala de 1 a 5 (1 sendo "muito inseguro" e 5 sendo "muito seguro"), e conseguimos compreender que o gráfico indica que uma esmagadora maioria, ou seja, 78,6% dos entrevistados se sente "muito seguro" com a presença da Polícia Militar realizando a abordagem estática no local. Esta é uma indicação clara do impacto positivo dessa estratégia de policiamento na percepção de segurança dos cidadãos. O número reduzido de entrevistados que se sente "muito inseguro" ou que deu uma nota mediana (3) sugere que sentimentos de insegurança extremos são minimizados com essa

estratégia de policiamento. Por outro lado, o grupo que atribuiu nota 4, representando 14,3% dos entrevistados, indica um nível de segurança percebido que, embora seja positivo, sugere que ainda há espaço para melhorias na estratégia ou na comunicação da Polícia Militar com o público daquele local.

Inferese, portanto, que os dados apontam para a eficácia da abordagem estática da Polícia Militar em promover uma sensação de segurança no local estudado. No entanto, é crucial considerar feedbacks construtivos do pequeno grupo que não se sente totalmente seguro, a fim de aprimorar ainda mais as estratégias de policiamento e garantir o bem-estar da comunidade como um todo.

Por último, ao analisar se as pessoas ali já presenciaram ou tomaram ciência de algum incidente criminal que ocorreu mesmo com a presença da Polícia Militar naquele local foi identificado que 21,4% presenciaram ou souberam de um incidente criminal. Todavia, 78,6% das pessoas não presenciaram nem souberam de tais incidentes. Essa maioria significativa, ressalta a eficácia percebida das operações da Polícia Militar em detrimento aos crimes ocorridos ou que seriam perpetrados no local estudado. No entanto, a existência de um contingente de 21,4% que presenciou ou soube de ocorrências criminais sugere que, apesar dos esforços, a presença policial não é uma garantia absoluta de ausência de crime. Pode ser indicativo de que os criminosos estão se tornando mais audaciosos, ou que há áreas ou momentos em que a abordagem estática da polícia pode não estar sendo totalmente eficaz.

Os dados apresentados até aqui refletem uma visão geralmente positiva da abordagem estática da Polícia Militar do estado de Goiás em relação à percepção de segurança e sua eficácia na prevenção de crimes naquele local. No entanto, é fundamental reconhecer que a presença policial, embora significativamente eficaz, não é uma solução infalível. A contínua avaliação e adaptação das estratégias de policiamento, juntamente com a colaboração comunitária e a conscientização pública, são essenciais para construir ambientes mais seguros. Este estudo reforça a importância de abordagens policiais proativas e da constante busca por aperfeiçoamento nas táticas e relações com a comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo abordou o impacto da abordagem policial militar estática na criminalidade e na percepção de segurança pública em Goiás. Com base nos resultados obtidos, é possível concluir que a presença estática da Polícia Militar é amplamente percebida como um fator positivo na redução da criminalidade e no aumento da sensação de segurança. A esmagadora maioria dos entrevistados expressou sentir-se mais segura com esta abordagem, sugerindo uma correlação direta entre a visibilidade policial e a diminuição do medo do crime.

Os objetivos do estudo foram atingidos, comprovando a hipótese inicial de que a presença da Polícia Militar em postos fixos contribui significativamente para a sensação de segurança. A constatação de que a maioria dos cidadãos está ciente da presença policial reforça a ideia de que a visibilidade é um componente chave na estratégia de prevenção ao crime.

No entanto, o estudo também revelou que uma parcela da população não está plenamente consciente da presença policial ou não percebe sua eficácia, indicando a necessidade de melhorias na comunicação e na visibilidade da Polícia Militar. Além disso, o fato de alguns incidentes criminais ocorrerem apesar da presença policial sugere que a abordagem estática, embora eficaz, não é infalível e deve ser complementada com outras estratégias de policiamento.

Recomenda-se, portanto, a realização de estudos futuros para explorar maneiras de aumentar a eficácia da abordagem estática, talvez combinando-a com outras formas de policiamento. Seria também benéfico investigar as razões pelas quais uma minoria da população não percebe ou não está ciente da presença policial, para desenvolver estratégias que aumentem a conscientização e reforcem a segurança pública.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa** Vol. 1.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2010.

DUARTE, Rosália. "Entrevistas em pesquisas qualitativas." **Educar em revista**, vol. 24, 2004, p. 213-225.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma Sociedade Livre** Vol. 9. São Paulo: Edusp, 2003.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2020.

MOSSIN, Heráclito Antônio. **Comentários ao Código de Processo Penal: à luz da doutrina e da jurisprudência**. Barueri: Editora Manole Ltda, 2005.

PMGO. POP 208. **Procedimento Operacional Padrão**. Estado de Goiás.